



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 9/2019 -----

-----Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de **José Carlos Alexandrino Mendes**, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **José Francisco Tavares Rolo, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, João Paulo Pombo de Albuquerque, Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Carlos Jorge Mamede Carvalheira de Almeida e Teresa Maria Mendes Dias.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----**Depois de todos terem ocupado os seus lugares o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas, após o que se deu início à apreciação dos seguintes assuntos:**-----

ASSUNTOS

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **16 de abril de 2019**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.374.614,86 € (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e catorze euros e oitenta e seis cêntimos)**, **conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.** -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro e depois de questionados pelo Presidente da Câmara, inscreveu-se para intervir no período de antes da ordem do dia o vereador João Paulo Albuquerque. O Presidente da Câmara e o Vereador prosseguiram apresentando os seguintes assuntos:-----

1.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOÃO PAULO ALBUQUERQUE-----

-----O vereador João Paulo Albuquerque tomou o uso da palavra para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela sua designação como Presidente Interino da CIM – Comissão Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

-----Sobre o assunto interveio o Presidente da Câmara dando conta que vai desempenhar este cargo até ao próximo dia 2 de maio, data em que ocorrerá a próxima reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra (composto por todos os presidentes das 19 câmaras que integram a Comunidade) assim como a realização de novas eleições nos termos do disposto nos próprios estatutos daquela Comunidade, que reúne mensalmente, na Figueira da Foz. Esclareceu ainda que a saída do presidente do Conselho Intermunicipal implica a realização de novas eleições,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

não só para o lugar de presidente, mas também dos dois vice-presidentes. Conclui afirmando que “é para mim uma honra que os presidentes das 19 câmaras que integram a Comunidade me tenham dado este voto de confiança”. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

1.2.1 - VOTO DE RECONHECIMENTO - CONCURSO INTERNACIONAL DE AZEITE “OLIVE JAPAN 2019”-----

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que delibere aprovar um voto de reconhecimento à Empresa Azeites do Cobral que acaba de ser distinguida com uma Medalha de Prata no Concurso Internacional de Azeite Olive Japan 2019, que decorreu entre os dias 3 e 5 de abril, na cidade de Setagaya, em Tóquio. Informou que, neste prestigiado concurso internacional, composto por um júri representativo de 14 países, participaram 701 marcas de azeite de vários países do mundo. Disse ainda que, é motivo de grande orgulho para o município de Oliveira do Hospital, e para o próprio país, ter um azeite produzido na Quinta do Cobral, em Lagares da Beira, a ser premiado com tão importante galardão num concurso internacional.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, comunicar o teor da presente deliberação à Empresa Azeites do Cobral.-----

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO DE 4 DE ABRIL DE 2019-----

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, adiar a aprovação da ata em questão para a próxima reunião, em virtude da mesma não ter sido ainda analisada pelos senhores vereadores. -----

2.2 – RATIFICAÇÕES-----

2.2.1 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - CAMPANHA: "POR UM PAÍS COM BOM AR"-----

U.D.E.S./DOC.2

-----No seguimento da informação prestada pelo vereador José Francisco Rolo sobre este assunto, a Câmara Municipal nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, ratificar a outorga do Protocolo de Cooperação, celebrado em 12 de abril de 2019, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Oliveira do Hospital, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, que tem por objeto enquadrar a cooperação entre as duas partes no âmbito da promoção da divulgação da campanha “Por um País com Bom Ar” e das iniciativas do Dia Nacional do Ar.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.2.2 - ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO PERÍODO DE PÁSCOA ----

U.D.E.S./DOC.3

-----A Câmara Municipal nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara de 13 de abril de 2019, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, através do qual determina o alargamento, a título excecional, do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas, licenciados no município, até às 3 horas do dia 14 de abril e no período que decorre de 18 a 22 de abril de 2019. -----

2.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS -----

A) ENTIDADES-----

A-1) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DAS BEIRA (PRÉMIO BOMBEIRO DO ANO) -----

D.A.G.F.

-----A Câmara Municipal de acordo com os critérios definidos pela estrutura orgânica e funcional da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira e mediante escrutínio secreto deliberou, por unanimidade, atribuir o Prémio Bombeiro do Ano “Manuel dos Santos Gouveia Serra”, no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) ao Bombeiro com a categoria de 2.ª – José António Santos Caldeira, com o número mecanográfico 20004385, considerando que o mesmo reúne os critérios fixados por aquela associação, conforme comunicação daquela entidade com o registo de entrada número 7044, de 9 de abril de 2019.-----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41627 e compromisso número 42811. -----

A-2) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DAS BEIRA -----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, um subsídio no montante de 52.615,35 € (cinquenta e dois mil, seiscentos e quinze euros e trinta e cinco cêntimos), a pagar em nove prestações mensais de 5.846,15 € (cinco mil, oitocentos e quarenta e seis euros e quinze cêntimos) como apoio à aquisição de uma viatura de combate a incêndios florestais, mediante assinatura de protocolo nos termos do disposto no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 1 de março 2011. -----

-----A Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. ----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41753 e compromisso número 42948. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A-3) IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO GIÃO-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Paroquial de São Gião**, um subsídio no montante de **500,00 € (quinhentos euros)**, como apoio às despesas de recuperação e restauro do Estandarte da Irmandade, mediante assinatura de protocolo nos termos do disposto no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 1 de março 2011. -----

-----A Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. ----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41626 e compromisso número 42810. -----

2.4 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO -----

2.4.1 - OBRAS PARTICULARES-----

2.4.1.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----

D.P.G.T./DOC.4

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos de deferimento e indeferimento dos processos de obras proferidos pelo Sr. Presidente da Câmara, no período compreendido entre 2 e 15 de abril de 2019, no exercício das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal, em reunião de 6 de novembro de 2017, **conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.** -----

2.5 - DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS-----

2.5.1 - OBRAS MUNICIPAIS-----

2.5.1.1 - EXPANSÃO SUL DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - AQUISIÇÃO DE TERRENOS - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DA PARCELA P02-----

D.P.G.T.

-----No âmbito da empreitada mencionada em epígrafe, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação dos serviços, com o registo interno número 2535, de 4 de fevereiro de 2019, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- “Em cumprimento do determinado por V. Ex.ª, após acordo celebrado com os respetivos proprietários através de um dos seus administradores, o Sr. Bernardo Miguel Lagos Homem de Melo, procedi à reunião da documentação necessária à formalização do processo de cedência amigável de uma parcela de terreno destinada à constituição da operação urbanística de iniciativa municipal designada por “Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital” e à execução da empreitada relativa às respetivas infraestruturas, pelo que me cumpre informar V. Ex.ª do seguinte: -----

-----1.A parcela em causa tem a área de 26.202,00 m2 e pertence aos proprietários a seguir identificados, confronta a Norte com Fábrica da Igreja, a Nascente com António José Almeida



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Gomes, a Sul com a própria e a Poente com a própria, a qual é parte a desanexar do prédio inscrito sob o artigo matricial rústico n.º 942, da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, sito à Quinta do Margarido, que confronta a Norte com Estrada da Zona Industrial, a Nascente com Limite da Freguesia de Oliveira do Hospital, a Sul com Estrada Oliveira / São Paio e a Poente com Amadeu dos Santos, Herdeiros e Fundação Aurélio Amaro Diniz, descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob a Descrição n.º 1730/20040615 – Freguesia de Oliveira do Hospital.-----

-----*Assim sendo e tendo em atenção a necessidade de formalizar documentalmente o contrato de compra e venda com a sociedade proprietária, venho solicitar a V. Ex.ª se digne submeter à aprovação do Executivo Municipal a proposta no sentido de ser autorizada a respetiva escritura de compra e venda, bem como o pagamento da correspondente indemnização, pelo valor total de € 157.212,00, a favor de:*-----

-----*Sociedade Anónima IMOPRÍNCIPE, S.A., com o NIF 509 444 075, com sede em Avenida Sidónio Pais, n.º 26, R/C Esq.; 1050-215 Lisboa, que será no ato de compra e venda legalmente representada pelos seus administradores:*-----

-----*a) Bernardo Miguel Lagos Homem de Melo, com o NIF 113 676 840, portador do Cartão de Cidadão n.º 5510150-O-ZZ5, válido até 9 de novembro de 2027, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa e residente em Quinta Patinho, Lote 2, Alcoitão, 2645-565 Alcabideche; e*-----

-----*b) Maria Isabel Lagos Homem de Melo d'Orey, com o NIF 137 380 283, portadora do Cartão de Cidadão n.º 6423319-7-ZZ3, válido até 6 de novembro de 2027, casada, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa e residente em Rua do Sacramento à Lapa, n.º 4, 1.º, 1200-794 Lisboa.*-----

-----*Mais informo que a despesa resultante desta aquisição tem dotação disponível nas Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2019/2022 e no Orçamento para 2019, na rubrica 08.005.2007/14-1 e na classificação orçamental 02/070101, com o saldo atual de 500.000,00€. O encargo será totalmente assumido durante o exercício económico de 2019, pelo que não há lugar a repartição plurianual de encargos.*-----

-----*O processo encontra-se constituído por:*-----

-----*a) Caderneta Predial referente ao artigo matricial n.º 942, da matriz predial rústica da União das Freguesias de Oliveira do Hospital;*-----

-----*b) Descrição predial n.º 1730/20040615 – Oliveira do Hospital;*-----

-----*c) Ficha de Avaliação elaborada de acordo com a deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião ordinária realizada em 19 de outubro de 2018, na qual foi aprovada a proposta de “Bases de Avaliação” relativo ao Processo de Expropriações para a Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital;*-----

-----*d) Planta de identificação da parcela a adquirir.*-----

-----*É o que me cumpre informar e propor a V. Ex.ª.*-----

-----*À consideração superior,*-----

-----*FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES”*-----

-----**Em face do exposto, a Câmara Municipal após análise e sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da presente informação de modo a viabilizar de imediato a ocupação do referido terreno necessário à constituição da operação urbanística de iniciativa municipal designada por “Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital” e à execução da empreitada relativa às respetivas infraestruturas,**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

autorizando o pagamento da correspondente indemnização, pelo valor total de 157.212,00 € (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e doze euros), a favor da Sociedade proprietária, devidamente identificada na informação supra transcrita, mediante a celebração de escritura de compra e venda. -----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41656 e compromisso número 42837. -----

2.6 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

2.6.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

U.D.E.S./DOC.5

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos de deferimento dos pedidos de cedência de transportes, proferidos pelo Sr. Presidente da Câmara, no período compreendido entre 3 e 15 de abril de 2019, no exercício das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal, em reunião de 6 de novembro de 2017, conforme mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

2.7 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo a documentação acima referenciada, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, incluindo o Relatório de Gestão do ano de 2018, bem como a Certificação Legal das Contas sobre as Demonstrações Financeiras de 2018, o Presidente da Câmara interveio fazendo referência aos argumentos que entendeu serem mais relevantes acerca desta matéria, tendo por base o relatório das contas constante dos documentos acima referenciados, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“O Relatório de Gestão é o instrumento através do qual a Câmara Municipal cumpre o objetivo de prestar informação adicional às demonstrações financeiras relativas ao exercício económico do ano de 2018, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação dos dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos a este exercício. -----

-----Para um melhor enquadramento devem considerar-se algumas circunstâncias concretas e influenciadoras da situação transposta nos documentos de prestação de contas, como sejam: -----

-----1- A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas. -----

-----2 - O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma completamente ampla o património real do Município, não obstante o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de dar continuidade ao processo de valorização de todos os elementos do ativo, designadamente em relação a existências, cujo trabalho foi iniciado em janeiro de 2019, de modo a que as demonstrações financeiras do exercício em curso venham já a incluir informação e reconhecimento contabilísticos desta conta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3 - A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que no ano de 2018 registou uma ligeira melhoria relativamente aos anos anteriores. -----

-----4 - Dada a sua natureza integralmente pública e sem caráter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da afirmação do Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade. -----

-----5 - Por último e à semelhança do que já tinha ocorrido numa forma bastante intensa na parte final do ano de 2017, também todo o ano económico de 2018 foi significativamente impactado pelos efeitos dos incêndios que atingiram todo o território do Município de Oliveira do Hospital nos dias 15 e 16 de outubro, tendo sido dada sequência às ações de socorro e recuperação das atividades económicas, sociais e familiares aos mais diversos níveis, de tal modo que: -----

-----5.1 - Foi necessário continuar a encontrar as respostas que era necessário dar às pessoas, às famílias e às empresas, minimizando os danos e os enormes impactos que os incêndios lhes causaram; -----

-----5.2 - Procurou-se elevada articulação com as diversas entidades no sentido da canalização dos apoios a favor dos seus destinatários mais carenciados; -----

-----5.3 - Foi prestada assistência de forma continuada a todas as pessoas afetadas pelos incêndios durante o período em que ainda não tinha sido possível o regresso à normalidade, designadamente ao nível de alojamento alternativo para as famílias que ficaram sem as suas habitações e de assistência em termos de suprimento de carências alimentares, de vestuário, de utensílios domésticos e outras; -----

-----5.4 - Foi também dada continuidade ao programa Renascer, numa ação alargada à participação de um vasto conjunto de intervenientes dentro e fora da autarquia e dentro e fora das instituições que conosco têm estado envolvidas, no sentido de assegurar o acesso e o benefício em concreto dos mecanismos de apoio colocados ao serviço das vítimas dos incêndios, seja ao nível das empresas, seja ao nível das atividades agrícolas, seja ainda ao nível das habitações permanentes, cujo processo tem decorrido de forma bastante satisfatória, apesar das circunstâncias que perturbaram o seu arranque de forma mais eficaz; -----

-----5.5 - Foram também já desenvolvidos diversos procedimentos vocacionados para a criação de uma medida específica de incentivo à recuperação das habitações não permanentes, da qual se esperam bons resultados ao nível da satisfação das pretensões particulares das pessoas e famílias afetadas pelos incêndios a este nível, bem como em termos de recuperação do património edificado em geral. -----

-----5.6 - Por último, foi iniciada a reposição dos bens e infraestruturas sob responsabilidade do Município afetados pelos incêndios, tendo sido obtido o financiamento adequado por parte do Fundo de Solidariedade da União Europeia, sendo que os restantes investimentos serão executados ao longo do ano de 2019. -----

-----Importa salientar que as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação principal a implementação de todas as medidas de intervenção relacionadas com o programa Renascer, designadamente: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----a) ao nível dos pequenos arranjos nas habitações afetadas de forma menos destrutiva; -----
-----b) do apoio às empresas e aos particulares nos mais diversos domínios de atenuação das suas principais dificuldades e carências, desde logo através da criação do Gabinete de Apoio às Empresas Vítimas do Incêndio e de outras infraestruturas locais de auxílio na preparação e submissão de candidaturas por parte das empresas, por parte das pessoas afetadas com a perda total ou parcial das casas de habitação permanente e por parte das pessoas com prejuízos agrícolas;-----

-----c) ao nível da articulação com todos os parceiros envolvidos neste processo, sendo aqui de destacar o papel insubstituível assumido pelas juntas e uniões de freguesias e que se tem mantido até hoje, com total disponibilidade e sentido de entre-ajuda e compromisso com o interesse público.

-----Por outro lado, as linhas principais de atuação perspetivadas para o exercício de 2018 mantiveram-se também fiéis ao rumo que vem sendo seguido, através com quatro vetores essenciais de orientação: -----

-----1 - Uma permanente postura de sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, quer através da obtenção de mais ganhos de eficiência nas diversas áreas relacionadas com o funcionamento de instalações e consumos de natureza regular, quer também por meio da escolha das opções mais vantajosas do ponto de vista do interesse económico do Município em matérias relacionadas com os investimentos, com o apetrechamento de instalações e serviços e com a assunção de novos encargos de carácter continuado. -----

-----2 - Um elevado ênfase nas políticas de apoio às camadas mais desfavorecidas da população, com particular destaque para os mais atingidos pelas consequências dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, mas também através do fomento da empregabilidade e do apoio às principais carências manifestadas pelas demais famílias carenciadas em matéria de condições de habitabilidade, apoio à primeira infância e incentivos à frequência do ensino superior. -----

-----3 - Um reforço da relevância que deve ser dada às matérias relacionadas com os instrumentos de gestão territorial e com os mecanismos vocacionados para apoiar e definir o desenvolvimento estratégico do território municipal, tendo por base essencial o Plano Diretor Municipal em vigor, que vai ser alvo da segunda revisão, mas também o bom aproveitamento dos elevados investimentos municipais realizados em ordem ao apetrechamento dos serviços municipais com meios tecnológicos de elevada utilidade, designadamente os referentes ao projeto SIG - Sistemas de Informação Geográfica e ainda os investimentos levados a efeito em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira em matéria de cadastro georreferenciado das infraestruturas de saneamento básico. -----

-----4 - O reforço do alinhamento com a política de investimentos do Município e a sua articulação com o envelope financeiro através do Portugal 2020, seja através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, seja pela via do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, seja também com recurso direto ao POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso de Recursos, ao qual foram recentemente apresentados mais 11 novos projetos de investimento na área do saneamento básico, ou ainda procurando outras linhas de financiamento destinadas à cobertura de alguns investimentos em áreas específicas. -----

-----A realização do ano económico do 2018 foi indelevelmente marcada por todas estas linhas essenciais de atuação, desde logo confirmadas pela realização dos investimentos subordinados ao interesse público municipal e marcados pelo compromisso firme com o desenvolvimento económico e social das nossas comunidades e do território do concelho como um todo. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----São disso exemplos:-----
----- Os projetos da área do saneamento básico que tinham sido objeto de candidatura ao POSEUR relacionados com a rede de abastecimento de água a Parceiro, Covão e Alentejo e com os Sistemas de Águas Residuais, incluindo ETAR's em Chamusca da Beira, Póvoa das Quartas, Galizes, Vilela, Negrelos, Póvoa de São Cosme, Seixas, Vale Torto, Lourosa e Chão Sobral. -----
----- Os investimentos integrados no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, dos quais já foi executada e concluída a operação relativa à Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos e já está em curso a Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura. Foram também já aprovadas as candidaturas relativas à Requalificação e Beneficiação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano, cujas obras já estão a decorrer, bem como à Requalificação e Beneficiação da Área Norte da Cidade. -----
----- Os projetos integrantes do Quadro de Investimentos anexo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, dos quais estão em execução a “Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes”, a operação designada por “Ruínas Romanas de Bobadela e que inclui a “Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela” e a “Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação” e a “Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira”. Na área da Educação, estão aqui também incluídas as candidaturas relativas à “Escola Secundária de Oliveira do Hospital”, que já foi aprovada e se encontra em execução, bem como a relativa ao “Campus Educativo de Oliveira do Hospital”, da qual esperamos a sua aprovação muito brevemente. -----
-----Atravessamos, portanto, um ciclo intenso de grandes investimentos, que incluem ainda a Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital e que se espera vir ainda a ser acrescentado com os investimentos na área do saneamento básico referentes às 11 novas candidaturas apresentadas já no decurso de 2019 aos POSEUR.-----
-----O que significa que, se por um lado os mesmos investimentos são o testemunho da elevada capacidade do Município no acesso aos fundos comunitários, são ao mesmo tempo um enorme desafio em termos de comprovação da capacidade de concretização efetiva dos investimentos a que nos propomos e, sobretudo, uma grande exigência no que respeita à necessidade de assegurar os fundos necessários à cobertura da contrapartida financeira interna, só possível com uma situação de grande estabilidade e contenção na estrutura económica e financeira do Município.-----
-----Importa, portanto, fazer o ponto de situação nesta matéria. -----
-----No que respeita à capacidade de obtenção de receitas, essenciais à cobertura do grande volume de investimentos que temos em mãos, o exercício de 2018 ultrapassa o ano anterior como o maior de sempre em volume total de receitas, com um valor final de 18.851.980,68 €. -----
-----Este valor representa um aumento de 1.356.706,61 € face ao exercício de 2017 e ultrapassa em + 2.675.505,06 € o melhor valor dos últimos anos antes de 2017, que foi o de 2011, com um total de receitas de 17.239.862,41 €.-----
-----Esta subida fica essencialmente a dever-se ao crescimento de 1,3 milhões de euros obtidos em receitas de capital, mais concretamente em transferências de capital o que, por sua vez, proporcionou um acréscimo considerável em despesas de capital e, dentro destas, em aquisição de bens de capital, ou seja, a investimentos.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O peso relativo de cada um dos grupos que constituem as receitas de capital diz bem da importância das transferências de capital para o orçamento municipal, sendo que estas representam 14,53% das receitas totais e 73,06% das receitas de capital. -----

-----Nas receitas correntes, o acréscimo foi de apenas 350 mil euros face a 2017, cujo efeito foi quase totalmente anulado pela diminuição de quase 300 mil euros no saldo da gerência anterior, uma vez que o seu montante em 2018 foi de 1.719.823,74 €. -----

-----No conjunto das receitas correntes destaca-se também em termos de peso relativo a rubrica de transferências correntes, equivalente a 37,22% do total das receitas e a 46,46% das receitas correntes. -----

-----Por sua vez, dentro das receitas correntes é elevada a importância que as transferências do Orçamento de Estado têm para todo o orçamento municipal, uma vez que estas transferências, designadas por Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, representam ainda 39,14%, quando em anos anteriores a expressão dessa dependência foi quase sempre superior a 45%. -----

-----Essa dependência é tanto maior quanto menor for a capacidade de angariação de receitas com outras proveniências, uma vez que as receitas do FEF não têm tido grandes variações e, quando as houve, estas foram maiores no sentido negativo. -----

-----Daí que, apesar do peso do FEF no total das receitas, o seu reflexo no total das despesas também não é tão imediato quanto à primeira vista poderia parecer. -----

-----Ou seja, a capacidade de realização de despesas está também ela muito dependente do obtenção de outras receitas para além das transferências do Orçamento do Estado, designadamente das outras transferências de capital, onde os fundos comunitários têm uma dimensão muito significativa. -----

-----Tanto mais que é quase residual o aumento ocorrido nas receitas provenientes de FEF, já que representa apenas um acréscimo de 1,50%, equivalente a um valor absoluto de 109.058,00 €. --

-----É bastante claro, portanto, que as maiores variações ocorridas no nível de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de afetar outros recursos financeiros, com particular destaque para os fundos comunitários. -----

-----No período entre 1990 e 2018, o registo anual das receitas relativas a Transferências de capital evidencia bem a capacidade de obtenção de fundos comunitários, a qual foi variando em função da dinâmica própria dos ciclos de programação, desde os QCA I, II e III, ao QREN e ao atual Portugal 2020, cujos maiores efeitos ainda não se refletem na receita municipal. -----

-----A despesa registou também uma variação positiva, embora inferior à ocorrida nas receitas, tendo apresentado um acréscimo de 553.888,32 € (+ 3,50%), repartido entre aumento de despesas correntes, com mais 216.293,80 € (+2,02%) e aumento de despesas de capital, com mais 337.594,52 €(+6,62%). -----

-----Apesar do aumento verificado, o valor atingido no final de 2018, de 16.384.525,03 € é ainda inferior ao melhor ano em termos de total de despesa, que tinha sido também o de 2011. -----

-----Verifica-se que o aumento mais significativo ocorreu em Aquisição de bens de capital – Investimentos, no montante de 535.534,54 €, o qual foi contrabalançado pelas diminuições significativas ocorridas em Transferência correntes e em Transferências de capital. -----

-----Ou seja, após um período em que o Município realizou um esforço financeiro muito elevado no apoio aos investimentos das associações, clubes e coletividades do Concelho, as maiores necessidades encontram-se hoje satisfeitas em grande número, embora persistam ainda alguns casos que vão sendo apoiados dentro das disponibilidades financeiras da autarquia neste domínio. -



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Na Aquisição de bens e serviços, onde se registou um aumento de 153.637,25 €, estão incluídos os encargos decorrentes da prestação dos serviços essenciais relacionados com o abastecimento de água e com o saneamento e parte dos encargos relacionados com a recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados e valorizáveis.-----

-----No que se refere à situação relativa ao saneamento básico, a faturação apresentada pela empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. no ano de 2018 atingiu o montante de 1.236.590,95 €, valor que, apesar de uma ligeira diminuição de 4,44% face a 2017, é bem representativo da enorme pressão que os mesmos encargos colocam na estrutura de custos do Município.-----

-----Tanto mais que, se as despesas com abastecimento de água tiveram uma ligeira redução, os encargos com saneamento e com os RSU continuam a apresentar aumentos anuais, que não decorrem apenas de aumentos dos respetivos tarifários, mas também dos maiores volumes tratados pelos sistemas.-----

-----A situação relativa às receitas mostra um acréscimo de 6,90% nas receitas relativas às componentes de abastecimento de água e de saneamento, sendo o aumento relativo às receitas dos resíduos sólidos urbanos de apenas 0,29%.-----

-----Registou-se uma redução nas receitas relativas ao abastecimento de água, ao passo que as receitas da componente de saneamento de águas residuais tiveram um crescimento em resultado do aumento da proporção do volume de água consumida em cada instalação que passou a ser considerada para efeitos de tarifa variável de saneamento.-----

-----A comparação entre receitas e despesas apresenta uma diferença positiva favorável às receitas, de mais de 300 mil euros, o que não significa que tenha sido alcançada uma situação de superavit tarifário englobado para os três serviços.-----

-----Desde logo, porque as receitas consideradas neste comparativo dizem respeito à totalidade do território, isto é, englobam todos os consumidores de abastecimento de água, de saneamento e de RSU.-----

-----Em segundo lugar, porque as despesas relacionadas com abastecimento de água e saneamento incluem apenas a faturação paga à entidade concessionária, Águas do Vale do Tejo, S.A., e só a despesa relativa ao RSU é referente à totalidade do território.-----

-----Em terceiro lugar porque a concessão não engloba todo o território municipal e todos os sistemas e subsistemas, mas apenas os sistemas em alta, os quais correspondem a apenas 88% dos consumidores no abastecimento de água e 90% dos consumidores no saneamento de águas residuais.-----

-----Em quarto lugar, porque não estão consideradas nesta comparação as despesas com o pessoal afeto aos serviços, nem todas as despesas inerentes aos sistemas em baixa que não fazem parte da concessão atribuída à Águas do Vale do Tejo.-----

-----Ou seja, não está considerada a despesa referente a todos os sistemas e subsistemas de abastecimentos de água inteiramente da responsabilidade da Câmara Municipal desde a captação da água até à entrega aos consumidores, incluindo as infraestruturas e equipamentos relacionados com reservatórios e sistemas de tratamento e de bombagem, nem está considerada a despesa referente a todos os subsistemas de saneamento de águas residuais inteiramente da responsabilidade da Câmara Municipal, que vão desde as redes de recolha de águas residuais existentes nas povoações que não fazem parte da concessão, até aos respetivos órgãos de tratamento passando pelas infraestruturas e equipamentos intermédios, como sejam as estações elevatórias de águas residuais e as respetivas condutas elevatórias.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Aliás, ainda recentemente foram realizados investimentos de cerca de 2 milhões de euros em infraestruturas relacionadas com a construção de redes de abastecimento de águas em três povoações da freguesia de São Gião e de 10 novas ETAR's, incluindo uma nova rede de saneamento em Vale Torto e extensões de redes em Lourosa, Chamusca da Beira e Reta da Salinha, cujas despesas não estão incluídas no comparativo referido anteriormente. -----

-----As Despesas com o pessoal apresentam também um aumento face ao ano de 2017, com mais 8,78%, respeitando a tendência de crescimento dos últimos anos, apenas interrompida no ano de 2015. -----

-----Esta tendência é consequência de fatores de caráter extraordinário ou com origem externa, sem qualquer efeito de continuidade nos custos fixos da entidade, exceto em relação ao ano de 2018 em que foi já refletido parcialmente o efeito de aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários e que se acentuará de forma mais visível no ano de 2019 e seguintes. -----

-----Cruzando a evolução das Transferências de Capital com a dinâmica dos Investimentos, cuja correlação existe, verifica-se numa análise de médio prazo, que ela não é observável isoladamente em cada ano económico, mas num conjunto de anos em que a capacidade de realização de investimentos é determinada pela capacidade de arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários, ainda que não haja uma coincidência temporal entre a realização em concreto das despesas de investimento e ao registo dos financiamentos de que os mesmos investimentos beneficiam, uma vez que estes só são obtidos depois de realizadas as despesas. -----

-----Portanto, são os financiamentos derivados de investimentos passados que suportam, não só as decisões de realização de investimentos futuros, mas as despesas em concreto que os mesmos irão gerar, as quais, por sua vez, dão lugar à atribuição de novas participações, que hão-de apoiar novos investimentos, num ciclo que se quer virtuoso, em benefício de uma lógica de coesão e de convergência entre os territórios e que o Município assume como seu desígnio. -----

-----No ano de 2018 o rácio entre Investimentos e Receitas de Transferências de Capital foi de apenas 152,47%, inferior ao rácio de 254,19% obtido em 2017, ainda que essa redução não tenha significado decréscimo do valor de investimentos, em valor absoluto, uma vez que este até cresceu, embora numa taxa de crescimento inferior à verificada nas Transferências de capital. -----

-----No final de 2018 voltou a verificar-se a afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, tendo ocorrido uma transferência de 27,54% das receitas correntes, no valor de 4.159.361,96 €, para despesas de capital. -----

-----Em matéria de endividamento, a situação obtida no final de 2018, revela uma dívida a curto prazo sem grande significado e apenas resultante dos processamentos em trânsito no final do exercício e uma dívida a médio e longo prazo que, embora superior à de 2017, apresenta um acréscimo líquido de apenas 688.385,45 €, uma vez que o acréscimo bruto foi de 1.000.000 €, valor referente à utilização da parte restante do empréstimo de 2 milhões de euros contratado em 2016. --

-----Confirma-se, por isso, a estabilização da situação do Município relativamente à evolução de cada um dos tipos de endividamento, com particular destaque para a dimensão em valores absolutos da dívida de curto prazo e para a contenção em valores bastante sustentáveis da dívida de médio e longo prazo, apesar do empréstimo contratado recentemente. -----

-----A situação financeira da autarquia regista, portanto, uma posição mais tranquilizadora do que a que se viveu nos anos mais recentes anteriores a 2017, que foram marcados por alguma insegurança e instabilidade económica com origens exteriores ao próprio Município, numa tendência de redução das receitas e, por conseguinte, das despesas, mas que se inverteu de forma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

expressiva e se reforçou em 2018, a ponto de gerar fortes expectativas de que possa manter-se para além do impacto mais forte em termos de esforço financeiro, que neste momento se atravessa ao nível da cobertura da contrapartida interna dos investimentos em curso e ainda por realizar no âmbito da realização dos investimentos com financiamento através dos fundos do Portugal 2020. ---

-----Em termos de análise às Grandes Opções do Plano, a execução do ano de 2018 apresenta um aumento de despesas realizadas de 417.695,87 € (+ 5,64%) face ao ano anterior de 2017. -----

-----Da análise à evolução verificada nos dois últimos anos à despesa paga total e às ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas, assinala-se a posição mais relevante assumida pelo objetivo 06 - Saneamento e Salubridade, com uma proporção de 24,26%, que corresponde a um montante de investimentos de 1.899.220,50 € e que deriva essencialmente dos investimentos relacionados com as intervenções de construção de 10 novas ETAR's e de construção e/ou ampliação das redes de recolha de águas residuais, designadamente em Vale Torto e em Lourosa. -----

-----Nas posições seguintes surgem o Objetivo 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, com um montante de 1.076.109,19 € e uma ponderação de 13,75%, seguido do Objetivo 01 – Educação e Formação Profissional, com uma proporção de 12,26% da totalidade das GOP e uma despesa efetiva de 959.975,98 €. -----

-----Nos restantes objetivos com ponderações inferiores a 10%, tem maior relevância o Objetivo 05 – Habitação e Urbanização e, particularmente, o Programa 005 – Intervenções de requalificação urbanística, com uma despesa total de 704.063,20 €, mas também o Objetivo 07 – Segurança e Proteção Civil, com uma despesa realizada de 703.023,48 € e uma ponderação de 8,98%, o qual reflete o esforço financeiro do Município em termos de apoio às corporações de bombeiros e às suas atividades, com cerca de 200 mil euros, às ações de prevenção e combate a incêndios florestais, com mais de 250 mil euros, e às intervenções relacionadas com intempéries e situações de calamidade, com uma despesa de 250.203,52 €. -----

-----Na comparação com o exercício anterior a realização de 2018 apresenta as maiores discrepâncias no Objetivo 06 – Saneamento e Salubridade, com um crescimento de 182,88%, equivalente a um acréscimo de 1.227.842,198 €; no Objetivo 07 – Segurança e Proteção Civil, com um acréscimo de 82,81%, equivalente a mais 318.462,27 €; no Objetivo 01 – Educação e Formação Profissional, com um crescimento de 44,17%, representando uma subida em termos absolutos de 294.101,50 €; e também no Objetivo 05 – Habitação e Urbanização, que cresce 39,29% em termos relativos e 210.703,17 e em termos absolutos. -----

-----No que se refere aos investimentos municipais de maior volume financeiro e com maior efeito estratégico e estruturante para o desenvolvimento do concelho, destacam-se: -----

-----a) Beneficiação do antigo Quartel dos Bombeiros de Lagares da Beira, já concluído. -----

-----b) Ruínas Romanas da Bobadela e Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação, também já concluído. -----

-----c) Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela; ainda em curso e alvo de uma suspensão dos trabalhos motivada pela intervenção da Direção Regional da Cultural do Centro em matéria de património arqueológico. -----

-----d) Igreja de São Pedro de Lourosa – Arranjos dos Espaços Envolventes, ainda em curso e também com atraso devidos à necessidade de articulação permanente com as entidades que tutelam os monumentos nacionais. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----e) Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira, já concluído, após reprogramação da candidatura para efeitos de inclusão da despesa relativa ao apetrechamento em mobiliário e equipamentos. -----

-----F) Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura, que se encontra em execução. -----

-----g) Realização das empreitadas relativas à construção de ETAR's em 10 localidades do concelho, todas elas concluídas em 2018, à exceção da referente ao Subsistema de Águas Residuais de Lourosa, uma vez que este projeto foi objeto de uma reprogramação temporal física e financeira de modo a incluir uma empreitada adicional que consiste na ampliação da rede de coletores de modo a contemplar uma área mais abrangente do perímetro urbano da sede de freguesia de Lourosa e na construção de duas estações elevatórias de águas residuais e das respetivas condutas elevatórias. -----

-----A execução das Grandes Opções do Plano, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes revela ainda um elevado volume de realizações em outros projetos incluídos em rubricas genéricas com elevado significado económico e financeiro. ---

-----Por fim, não deve deixar de salientar-se o nível de aproveitamento do Município em termos de acesso aos fundos comunitários, em primeiro lugar no que diz respeito ao anterior QREN, em que na distribuição entre os diversos fundos o FEDER é aquele que se apresenta com maior contributo nos investimentos municipais, no caso, com um valor de 8.502.024,72 € (85%) de participações aprovadas, seguindo-se o Fundo de Coesão com um montante total de participações aprovadas de 802.786,92 € (8%) e, por último, o FEADER com um valor de 696.025,92 € (7%) de fundo disponibilizado ao Município. -----

-----Uma vez que o atual ciclo de programação já se encontra em estado avançado de execução, o ponto de situação em termos de abordagem ao novo Portugal 2020 revela que este novo ciclo de programação poderá permitir a concretização de 26 projetos que já foram objeto de candidaturas, a que corresponde um volume de investimentos totais de quase 16,2 milhões de euros, a que corresponde um volume total de participações de 13,4 milhões de euros. -----

-----Em termos de distribuições pelos principais fundos, o FEDER assume novamente uma posição dominante, com 87,24%, sem a parte restante pertencente ao Fundo de Coesão, com 12,76%. -----

-----No que concerne às demonstrações financeiras elaboradas na perspetiva patrimonial, é importante destacar que o Balanço registou uma variação de +4,95%, superior, portanto, à evolução de 2,50% registada no ano anterior de 2016 face ao Balanço do ano de 2016, mantendo, portanto, uma tendência de subida a que tinha regressado em 2017, por comparação com o percurso dos últimos anos. -----

-----Foram determinantes para esta evolução favorável os desempenhos obtidos em algumas contas com maior expressão absoluta no Ativo e no Capital Próprio, desde logo, Imobilizações corpóreas, com mais 878.532,34 € (+ 6,95%); Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa, com mais 792.290,92 € (+ 42,17%); Bens do domínio público, com mais 363.643,77 € (+ 1,72%); Resultado transitado, com mais 146.985,26 € (+ 1,17%) e ainda a conta de Acréscimos e diferimentos do lado do Ativo, com mais 124.913,21€ (+ 5,31%). -----

-----Houve, todavia, uma evolução negativa nalgumas contas, designadamente em Investimentos financeiros, com menos 244.216,57 € (- 20,60%) e em Resultado líquido do exercício, com menos 62.750,80 € (- 33,79%). -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Do lado do Passivo registaram-se também diminuições e aumentos com algum significado em valores absolutos, sendo que em relação aos aumentos, são de realçar os ocorridos na conta passiva de Acréscimos e diferimentos, com mais 1.511.447,75 € (+ 12,24%); em Endividamento de médio e longo prazo, com mais 496.159,76 € (+ 13,47%) e em Endividamento de curto prazo, com mais 192.225,70 € (+ 61,69%). -----

-----No que se refere às variações negativas, destacam-se apenas as verificadas nas contas de Credores diversos, com menos 280.982,17 € (- 54,55%) e de Fornecedores, com menos 89.051,11 € (- 27,89%). -----

-----Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do Balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, com 51,94%, mantendo-se também a segunda posição para a conta de Imobilizações corpóreas, com um peso relativo de 32,59%, sendo que, em conjunto, estas duas contas absorvem quase 85% do Ativo líquido. Do lado do Passivo, continua a ser a conta passiva de Acréscimos e diferimentos a assumir a posição de maior destaque, com 33,93% do total do Balanço e na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, Nos Fundos Próprios a conta de maior expressão é a do Resultado transitado, com um montante de 12.691.853,85 € (30,58%) a que se segue a conta de Património, com um montante total de 7.908.798,06 € (19,06%), sendo de destacar que ambas têm apresentado evolução positiva ao longo dos últimos exercícios. -----

-----Na análise à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se em primeiro lugar a ocorrência de um rácio de endividamento de 45,91%, sem grandes alterações em comparação com os exercícios anteriores de 2017 e 2016, embora um pouco superior em consequência da utilização da parte restante do financiamento de 2 milhões de euros assumido em 2016. -----

-----No que respeita ao rácio de cobertura do imobilizado, que mede a capacidade de cobertura dos capitais permanentes (capital próprio + Passivo não correntes) sobre os Ativos não correntes, não houve alterações significativas face aos anos anteriores. -----

-----A evolução menos favorável registou-se, porém, no rácio de solvabilidade total, que traduz o quociente entre Fundos próprios e Passivo, que passou de um valor de 134,63% em 2016, para 129,63% em 2017 e para apenas 117,80% em 2018, ainda assim, muito superior a 100%. -----

-----Relativamente à Demonstração de Resultados, destaca-se o decréscimo verificado no Resultado Líquido do Exercício (-33,79%), mas que é inferior ao decréscimo registado em 2017 (-46,80%). -----

-----No que concerne à atividade operacional, são relevantes o elevado crescimento em Transferências e subsídios obtidos, com mais 298.913,54 € (+3,88%), em Vendas e prestações de serviços, com mais 176.083,96 € (+7,34%) e em Impostos e taxas, com mais 154.253,66 € (+5,62%). -----

-----Do lado dos custos são igualmente relevantes os aumentos verificados em Fornecimentos e serviços externos, com mais 524.686,16 € (+ 10,87%) e em Custos com o pessoal, com mais 330.759,47 € (+ 9,02%). -----

-----Os resultados obtidos reforçam as diferenças entre autarquias locais e as organizações com finalidades lucrativas, designadamente porque grande parte da atividade relevante para o resultado operacional é, em grande medida, atividade social, através do apoio direto às associações e outras entidades de interesse coletivo, ou de iniciativas de promoção e afirmação do concelho, que só indiretamente e a médio/longo prazo geram retornos materialmente relevantes e reconhecíveis como proveitos. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Por outro lado, alguns Fornecimentos e serviços externos e alguns Custos com pessoal, não são incorridos para satisfação de atividades produtivas geradoras de proveitos operacionais, mas simplesmente para cumprimento de obrigações de serviço público. -----

-----Os dados relativos ao Resultado operacional, antes e depois de amortizações e provisões, reforçam a perspetiva de que há uma proporção da atividade municipal orientada para o cumprimento de fins públicos e para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das populações, que é uma consequência natural da especificidade dos municípios. -----

-----Mas revelam também que há uma parte da atividade produtiva cujos proveitos deverão ser indexados aos custos, através da atualização dos respetivos tarifários, mas cuja ponderação pelo Executivo Municipal protege os utentes dos serviços públicos essenciais, designadamente os mais carenciados e as famílias numerosas, uma vez que a situação do Município assim o permite, evitando a aplicação de preços mais gravosos. -----

-----Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2018, no montante de 122.944,06 €, é a seguinte:-----

----- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 6.147,20 (seis mil cento e quarenta e sete euros e vinte centimos);-----

----- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, de que resulta um valor de € 116.796,86. Uma vez que o valor do Resultado Líquido é inferior às necessidades de reforço do património, este deverá ser reforçado pelo valor restante do Resultado Líquido após subtraído do valor a afetar a Reservas Legais; ou seja, pelo referido montante de € 116.796,86 (cento e dezasseis mil, setecentos e noventa e seis euros e oitenta e seis centimos).” -----

-----Tendo presente os documentos de prestação de contas do ano de 2018, mencionados em epígrafe, a Câmara Municipal sobre proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018. -----

-----Foi igualmente deliberado, submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2.8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICACÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2018 -----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2018, no montante de 122.944,06 € (cento e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e quatro euros e seis centimos), descrito na página n.º 64 do respetivo Relatório de Gestão, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2.9 - 1ª REVISÃO AO PPI - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ANO DE 2019

D.A.G.F./DOC.7

-----Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do n.º1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, após análise, e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019, cujo valor ascende a 895.122,17 € (oitocentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos), conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

2.10 - 2.ª REVISÃO ÀS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, PARA O QUADRIÉNIO 2018/2021-----

D.A.G.F./DOC.8

-----Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de segunda revisão às Atividades Mais Relevantes, para o quadriénio 2018/2021, cujo valor ascende a 295.000,00 € (duzentos e noventa e cinco mil euros), conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

2.11 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2019-----

D.A.G.F./DOC.9

-----Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de segunda revisão ao Orçamento para o Ano de 2019, cujo valor ascende a 2.490.122,17 € (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos), conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

3.1.1 - ACÇÃO SOCIAL-----

A) SYLVIA URSULA STAHLBERG-----

U.D.E.S.

-----Tendo presente a informação social, associada ao processo número 2019/650.10.103/56, relativa à situação do agregado familiar da D. Sylvia Ursula Stahlberg, vítimas dos incêndios de 15 de outubro de 2017, a Câmara Municipal sob proposta do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por unanimidade, atribuir ao agregado familiar em epígrafe, um subsídio de emergência social ao abrigo do art.º 23.º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Agregados Familiares Carenciados e na linha do estabelecido para a administração central na Resolução do Conselho de Ministros n.º 167-B/2017 de 2 de novembro, no valor de 235,00 € (duzentos e trinta e cinco euros), para compensar a falta de recursos económicos, a fim de que possa rapidamente ver restabelecido o seu equilíbrio social e financeiro.-----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 42838 e compromisso número 41653.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

B) CÉSAR ROSA ALVES-----

U.D.E.S.

-----Tendo presente a informação social, associada ao processo número 2019/650.10.103/62, relativa à situação do agregado familiar do Sr. César Rosa Alves, vítima dos incêndios de 15 de outubro de 2017, a Câmara Municipal sob proposta do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por unanimidade, atribuir ao agregado familiar em epígrafe, um subsídio de emergência social ao abrigo do art.º 23.º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Agregados Familiares Carenciados e na linha do estabelecido para a administração central na Resolução do Conselho de Ministros n.º 167-B/2017 de 2 de novembro, no valor de 235,00 € (duzentos e trinta e cinco euros), para compensar a falta de recursos económicos, a fim de que possa rapidamente ver restabelecido o seu equilíbrio social e financeiro.-----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41654 e compromisso número 42839. -----

C) RAUL DINIS DO NASCIMENTO-----

U.D.E.S.

-----Tendo presente a informação social, associada ao processo número 2019/650.10.103/61, relativa à situação do agregado familiar do Sr. Raul Dinis do Nascimento, vítimas dos incêndios de 15 de outubro de 2017, a Câmara Municipal sob proposta do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por unanimidade, atribuir ao agregado familiar em epígrafe, um subsídio de emergência social ao abrigo do art.º 23.º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Agregados Familiares Carenciados e na linha do estabelecido para a administração central na Resolução do Conselho de Ministros n.º 167-B/2017 de 2 de novembro, no valor de 235,00 € (duzentos e trinta e cinco euros), para compensar a falta de recursos económicos, a fim de que possa rapidamente ver restabelecido o seu equilíbrio social e financeiro.-----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41655 e compromisso número 42840. -----

D) MARIA ANGELINA CURA GARCIA SERRA-----

U.D.E.S.

-----Tendo presente a informação social, associada ao processo número 2019/650.10.103/64, relativa à situação do agregado familiar da D. Maria Angelina Cura Garcia Serra, residente em Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal sob proposta do vereador José Francisco Rolo deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 23.º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Agregados Familiares Carenciados, atribuir ao agregado familiar em epígrafe, um subsídio de emergência social no valor de 500,00 € (quinhentos euros), para compensar a falta de recursos económicos, a fim de que possa rapidamente ver restabelecido o seu equilíbrio social e financeiro, em contrapartida de 156 horas de Trabalho Socialmente Necessário já realizado.-----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento número 41641 e compromisso número 42835. -----

3.1.2 - RGPD - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – INFORMAÇÃO

U.D.E.S.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente pelo vereador José Francisco Rolo a informação dos serviços, com o registo interno número 7909, de 17 de abril de 2019, associada ao processo 2019/650.10.103/63, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Tendo o GASS – Gabinete de ação social e Saúde sido visitado pelo DPO (do inglês Data Protection Officer – Encarregado de Proteção de Dados) encarregue da normalização de procedimentos/documentos do Município, tendo em vista a aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD, cumpra-me informar V. Exa. do seguinte:-----

-----Relativamente à necessidade de obtenção de consentimento por parte dos/as requerentes para o pedido de documentação necessária à análise da situação económico-social de cada indivíduo/família, é opinião da DPO que deverá cada pedido ser precedido de requerimento para apoio social, sempre que cada atendimento/acompanhamento dê origem a uma proposta de apoio financeiro; este procedimento legitimará os/as técnicos/técnicas para o pedido de documentos e dados, desobrigando-os da necessidade de pedido de consentimento expresso para o pedido de cada documento.-----

-----No que concerne às informações sociais para Reunião de Executivo, é entendimento da DPO que estas contêm informação que não deverá constar da proposta de apoio, devendo esta apenas conter os dados gerais do/a requerente (nome, morada, contactos), o pedido efetuado e o Parecer Técnico de deferimento ou indeferimento, de acordo com os normativos legais que sustentam o pedido. Toda a anamnese habitualmente constante da informação, o descritivo da situação-problema e o diagnóstico que suporta o pedido, deverão constar apenas no relatório social constante do processo individual de cada munícipe, devendo, para proteção de quem recorre aos serviços, ser dispensada da proposta que suporta a atribuição de apoio.-----

-----Solicito indicação superior relativamente à adoção destes novos procedimentos, para atuação em conformidade e preparação dos modelos de suporte – requerimento e proposta.-----

-----À consideração superior,-----

-----A Técnica Superior-----

-----Ana Sofia Abreu Rodrigues” -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as recomendações da DPO (do inglês Data Protection Officer – Encarregado de Proteção de Dados) no que concerne a futuras informações sociais para Reunião de Executivo e agir em conformidade com as mesmas. -----

3.1.3 - CLDS 4G – INFORMAÇÃO -----

U.D.E.S.

----- Tendo presente o *email* do Instituto da Segurança Social, rececionado no dia 12 do corrente mês de abril, o vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que, na sequência da publicação do 1.º Convite para Apresentação de Candidaturas da tipologia 3.10 CLDS-4G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 4ª Geração (CLDS 4G), no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e face à necessidade da realização de uma reunião de trabalho, dirigida aos Coordenadores dos Projetos das entidades Coordenadoras, responsáveis pela submissão da candidatura e aos Técnicos das Câmaras Municipais que integram os Núcleos Executivos da Rede Social, aquele Instituto convidou os/as técnicos/técnicas da Câmara Municipal para estarem presentes na reunião de trabalho que irá ter lugar no próximo dia 18 de abril, das 10:00 às 13:00 horas, na sala de reuniões do 6.º piso no Centro Distrital de Coimbra, sito na Rua Abel Dias Urbano, n.º 2 – R/C, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 – Ponto de situação da submissão das candidaturas na Plataforma do Portugal 2020; -----
- 2 – Instrumentos de trabalho da Rede Social (PDS e DS);-----
- 3 - Plano de Ação de CLDS 4G; -----
- 4 – Próximas tarefas a desenvolver; -----
- 5 – Esclarecimentos e dúvidas. -----

-----O vereador José Francisco Rolo deu ainda conhecimento à Câmara Municipal da realização de uma reunião com a Direção da Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral, que decorreu, ontem, nos Paços do Município, na qual também participou juntamente com o Sr. Presidente da Câmara e a Dr.^a Ana Rodrigues do Gabinete de Ação Social, tendo em vista a concertação de esforços para ser definido o cronograma das tarefas de modo a que, no próximo dia 20 maio, após parecer do CLAS, a candidatura aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social esteja oficialmente formalizada. Recordou que o concurso abriu no passado dia 4 de abril e decorrerá até ao dia 20 de maio, realçando que “este instrumento da Segurança Social fará reverter para o Município de Oliveira do Hospital, enquanto entidade promotora, 540.000,00 € para intervenção em dois eixos de que é beneficiário, designadamente o apoio à população e a medidas de envelhecimento ativo e o apoio em situação de calamidade, entenda-se vítimas dos incêndios”. Concluiu assim referindo que “todo o plano de ação será desenvolvido com o foco nestas duas medidas”. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

3.1.4 – TURISMO-----

U.D.E.S.

----- O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua participação numa reunião promovida pela CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que decorreu no passado dia 12 de abril, onde foi entregue uma proposta de 2.300.000 € no âmbito do Provere iNature, para as áreas protegidas, dando conta que “esta proposta será ainda objeto de negociação, podendo sofrer algumas correções de aperfeiçoamento até ao momento da formalização da candidatura, que será efetuada durante o mês de maio”. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

3.1.5 – AMBIENTE-----

U.D.E.S.

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença, em substituição do Sr. Presidente da Câmara, na sessão da Assembleia Geral Ordinária da Águas do Vale do Tejo, S.A., que decorreu no passado dia 3 de abril, na cidade da Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de exercício de 2018; -----
- 2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;-----
- 3. Deliberar sobre o relatório de boas práticas de governo societário; -----
- 4. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----
- 5. Deliberar sobre a aprovação da declaração da política remuneratória dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, nos termos dos n.ºs 1 e 3 da Lei 28/2009, de 19 de junho; -----
- 6. Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2019; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----7. Deliberar sobre a revogação da alínea b), do número 2, do artigo 18.º dos Estatutos da sociedade; -----

-----8. Deliberar sobre a eleição dos órgãos sociais; -----

-----9. Deliberar sobre a fixação da política remuneratória dos órgãos sociais da sociedade;-----

-----10. Deliberar sobre as orientações estratégicas, os objetivos e indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e ainda sobre quaisquer matérias relacionadas com a celebração dos mesmos;-----

-----11. Outros assuntos de interesse para a sociedade. -----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador José Francisco Rolo deu a saber que esta ordem de trabalhos sofreu uma alteração, tendo sido retirado o ponto 5, que foi incluído no ponto 9, frisando que “do ponto de vista de resultados a sociedade apresentou uma trajetória positiva”. -----

-----No decorrer da sua intervenção e no que ao domínio do Ambiente diz respeito, o vereador José Francisco Rolo, na sequência do protocolo de colaboração celebrado com a empresa H. Sarah – Trading, Lda, apresentou à Câmara Municipal a informação dos serviços com o registo interno número 2900 de 8 de fevereiro de 2019, relativa ao balanço da Recolha dos Resíduos Têxteis em 2018. - -----

-----O vereador José Francisco Rolo prosseguiu dando a saber que, no ano de 2018, foram recolhidos 59.516 kg de resíduos têxteis no concelho de Oliveira do Hospital, sendo que 15.755 kg dizem respeito à quantidade de têxteis recolhidos exclusivamente na rede de equipamentos existente. Disse igualmente que os restantes 43.761kg, dizem respeito a recolhas efetuadas pontualmente em vários locais do concelho, designadamente, no Estaleiro Municipal/Silo Automóvel, na Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, na Junta de Freguesia de Lourosa e na União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira. Mais informou que, a significativa quantidade de resíduos recolhida pontualmente, diz respeito à triagem realizada aos têxteis entregues através das campanhas de solidariedade, face aos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro de 2017. Mais informou que, relativamente à contrapartida financeira, as recolhas efetuadas no ano de 2018 corresponderam a um donativo para o Município de Oliveira do Hospital no valor de 2.975,80 € (dois mil, novecentos e setenta e cinco euros e oitenta cêntimos), que reverte para o Banco de Recursos de Oliveira do Hospital. Deu ainda nota que, com o correto encaminhamento dos resíduos têxteis, o Município de Oliveira do Hospital desviou do aterro sanitário 52,6 toneladas, o que perfaz uma poupança de 3.994,17 € (três mil, novecentos e noventa e quatro euros e dezassete cêntimos), e uma redução de 171 ton de emissões de CO₂. Terminou a sua intervenção dizendo que, desde o início deste projeto, o Município de Oliveira do Hospital desviou cerca de 128 toneladas de resíduos de aterro e reverteu para o Banco de Recursos Sociais um valor de 6.727,95€ (seis mil, setecentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), para a compra de bens essenciais, com vista a suprir as necessidades de famílias carenciadas do concelho.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.6 - INFORMAÇÕES DIVERSAS -----

U.D.E.S.

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião do Conselho Regional do Centro, que decorreu nas instalações da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, Solar do Vinho, em Viseu, a qual contou com as presenças do Sr. Ministro do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Planeamento e da Sr.^a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Aprovação da ata da última reunião; -----
- 2. Ponto de situação do Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020;-----
- 3. Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e a estratégia do Portugal 2030; -----
- 4. Outros assuntos. -----

----- Ainda no uso da palavra e no que a este assunto se refere, o vereador José Francisco Rolo prestou alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na referida reunião, realçando que, em termos gerais, “o Programa Operacional Regional do Centro - Centro 2020 tem dos melhores desempenhos do país em termos de execução, com destaque para a execução das empresas e para o contributo que alguns municípios também têm dado”. Referiu igualmente que, nesta reunião, foi ainda efetuado um apelo aos municípios que têm projetos aprovados, nomeadamente PARUS e PEDUS, para que acelerem a sua execução”. Relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e a estratégia do Portugal 2030, fez saber que “aquilo que foi dito pelo Sr. Ministro do Planeamento é que se mantém a proposta da Comissão Europeia de redução de 7% dos fundos para a coesão e também de 7% para política agrícola comum, com a ressalva de que até outubro não haverá qualquer alteração destes números tendo em conta a realização de eleições para o Parlamento Europeu e bem assim a realização de eleições para a nova Comissão, após o qual poderá ocorrer alguma alteração destes valores, atendendo a que há uma proposta reivindicativa de correção destes cortes para as verbas de coesão de que Portugal é beneficiário”. -----

----- No decorrer da sua intervenção, o vereador José Francisco Rolo aproveitou para dar conhecimento à Câmara Municipal que, no próximo sábado, dia 20 de abril, vai realizar-se a iniciativa “Mercado Noturno - Dou Mais Tempo à Vida”, uma ação de sensibilização e solidariedade desenvolvida pelo projeto de dinamização e sensibilização comunitária “Dou Mais tempo à Vida” de Oliveira do Hospital, através da equipa Young Force, com o apoio do Município de Oliveira do Hospital e da ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital. Fez assim saber que o Mercado Municipal de Oliveira do Hospital acolherá o evento, entre as 21:00 horas e as 03:00 horas, reunindo a gastronomia e a música aliadas à sustentabilidade ambiental e à promoção da saúde. Deu igualmente conta que esta iniciativa contará com a presença de vários expositores com comida saudável e biológica, produtores de produtos endógenos e regionais, bem como serviço de bar. Mais referiu que “numa vertente de sensibilização para a sustentabilidade ambiental este será um evento onde estará proibido o plástico, recorrendo-se assim a copos reutilizáveis”, realçando que, durante a iniciativa, que é também como uma ação de sensibilização para a prevenção do cancro, a equipa organizadora vai ainda dinamizar uma campanha de sensibilização antitabaco potenciando a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis. Concluiu afirmando que a animação musical será uma constante com a presença garantida do trio de percussão Açor tambor, do músico Vinta’J e dos DJ’s Mauro P., Duda, Aron V, Moreira e Kneider.-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA -----

3.2.1 – EDUCAÇÃO-----

3.2.1.1 - REDE ESCOLAR 2019/2020-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

U.D.E.S.

-----A vereadora Graça Silva informou a Câmara Municipal que no âmbito do reordenamento da rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico para o ano 2019/2020, a Direção- Geral dos Estabelecimentos Escolares, através do seu *email*, datado de 28 de março de 2019, solicitou à Câmara Municipal que se pronunciasse relativamente à proposta de extinção/não funcionamento, para o próximo ano, dos estabelecimentos de educação e ensino elencados no referido documento (Escola Básica de Lourosa – 1.º CEB; Escola Básica de Meruge – 1.º CEB; Escola Básica de Meruge - Pré-escolar; Escola Básica de Seixo da Beira – Pré-escolar; Escola Básica de Travanca de Lagos – 1.º CEB; Escola Básica de Lagares da Beira – Pré-escolar; Jardim de Infância de Lageosa – Pré-escolar) de acordo com os artigos 2.º e 8.º da Portaria 1181/2010, de 16 de novembro. Mais referiu que, tem sido prática da autarquia não se pronunciar sem que primeiro sejam auscultados os responsáveis, nomeadamente o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, entidade responsável pela vertente pedagógica, assim como as Juntas de Freguesia onde se situam os respetivos estabelecimentos de ensino uma vez que a Câmara Municipal apenas é a detentora dos estabelecimentos de ensino. Neste âmbito, informou que, quer o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, quer as Juntas de Freguesia envolvidas, manifestaram a sua posição defendendo a continuidade dos estabelecimentos em causa no próximo ano letivo. Esclareceu que esta posição, entre outras razões, foi justificada pelo facto de estar já a decorrer a fase das matrículas do ensino pré-escolar, sendo que, neste momento, é difícil fazer uma previsão quanto ao número de alunos. Salientou no entanto que está consciente de que existem estabelecimentos de ensino com uma baixa densidade populacional, sendo motivo de preocupação os de Lagares, Lajeosa e Meruge. Mais referiu que, no que diz respeito ao 1.º Ciclo, neste momento, é mais fácil fazer uma previsão, contrariando no entanto os números elencados pela DGESTE para o próximo ano, uma vez que não correspondem aos números entretanto previstos para o próximo ano letivo. Citou como exemplo o caso da Escola de Lourosa que, pelo facto de ter encerrado a Escola na localidade de Covas, originou a deslocação de alunos, o que, segundo informação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, no próximo ano letivo obriga ao funcionamento de duas salas/turmas. **Concluiu salientando que, reunidas estas informações, e salvo melhor opinião, considera que a Câmara Municipal deve propor à DGESTE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a manutenção destes estabelecimentos de ensino, com base nos factos apresentados pelo Agrupamento de Escolas e pelas Juntas de Freguesia onde de situam os estabelecimentos em causa.**-----

-----Pedi o uso da palavra o Vereador Carlos Carvalheira esclarecendo que, enquanto Diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, o único pedido de pronúncia/parecer que recebeu foi o da Câmara Municipal uma vez que da parte da DGESTE o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital não recebeu qualquer tipo de informação, ou qualquer tipo de previsível encerramento ou não manutenção das escolas ou jardins-de-infância. Disse apenas ter conhecimento desta situação porque a Câmara Municipal reencaminhou ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital o ofício da DGESTE, tendo já respondido à solicitação da Câmara Municipal em momento oportuno e inclusive já reunido com a Sr.ª Vereadora Graça Silva para manifestar a sua opinião quanto ao encerramento dos estabelecimentos de ensino em causa. Deu a saber que a posição do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital em relação a esta matéria está devidamente plasmada no ofício que foi já enviado à Câmara Municipal. Confirmou que a Escola de Lourosa, no corrente ano letivo, funciona apenas com uma turma, garantindo no entanto que, neste momento, já estão inscritos alunos suficientes para que no próximo ano letivo aquela escola



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

funcione com duas turmas. Mais referiu que, em seu entender, neste momento, é ainda prematuro estar a avaliar o que vai acontecer no próximo ano letivo, manifestando contudo a sua preocupação quanto à baixa densidade populacional refletida na baixa inscrição de alunos quer nos Jardins-de Infância, quer nas Escolas do 1.º Ciclo, situação que como referiu vai sendo avaliada em sintonia com a Câmara Municipal. Concluiu a sua intervenção dizendo que, a seu tempo, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital será chamado à DGESTE para se pronunciar sobre esta situação. Acabou solicitando à vereadora Graça Silva que lhe fosse facultada a informação/posição das Juntas de Freguesia para poder ter conhecimento, uma vez que apenas teve conhecimento da posição da Junta de Freguesia de Meruge. -----

----- Ainda sobre este assunto, a vereadora Graça Silva interveio para informar que, tentou ainda agendar uma reunião do Conselho Municipal da Educação para que também se pronunciasse sobre este assunto, mas tal não foi possível por falta de quórum. -----

----- Tomou o uso da palavra o vereador João Paulo Albuquerque referindo que, na sua opinião, “este é um assunto tão sensível e delicado que a Câmara Municipal também não pode lutar contra o que acontece, e que é o facto de existirem poucas crianças”. -----

----- O vereador Carlos Carvalheira retomou o uso da palavra para informar que “no passado houve alguma restrição no que se refere à matrícula de crianças em escolas fora da sua residência mas atualmente é permitido aos pais/encarregados de educação matricular os seus filhos na escola que pretenderem desde que haja vaga, ou seja, não é obrigatória a matrícula na escola da sua área de residência”. Disse no entanto ter aproveitado muitas das suas intervenções públicas para alertar os pais para esta realidade, destacando o caso da Escola de Lagares da Beira uma vez que há um conjunto de pais que fazem questão de matricular os seus filhos noutras escolas, tendo inclusive já reunido com a Presidente da Junta de Freguesia de Lagares e a Associação de Pais no sentido de manifestar a sua preocupação relativamente a este assunto. Garantiu ter executado um conjunto de obras de manutenção e criado um auditório na Escola de Lagares da Beira, dotando aquele equipamento de melhores condições para receber novos alunos e bem assim para que possam continuar a ser desenvolvidas um conjunto de atividades emblemáticas naquele estabelecimento. ----

----- Depois de questionada pelo vereador Carlos Carvalheira, a vereadora Graça Silva informou que “a posição das Juntas de Freguesia é a manutenção das escolas do Jardim de Infância e do Pré-Escolar”. Prosseguiu lembrando que “da parte da Câmara Municipal tem havido um esforço para criar ótimas condições nos estabelecimentos escolares e penso isso que tem sido conseguido porque todos os anos há a preocupação em realizar ações de manutenção nas escolas, para que estejam reunidas todas as condições necessárias ao seu funcionamento”. Disse reconhecer que “quanto maior for o número de estabelecimentos de ensino em funcionamento maior é a despesa com o seu funcionamento e com a sua manutenção, no entanto não tem sido colocada à discussão a parte económica nem dos recursos humanos, apenas tem sido colocada à frente da discussão a parte pedagógica. Tem sido sempre a prioridade centrada naquilo que é mais importante para as localidades, para as famílias e principalmente para os alunos, e nunca a discussão se centrou naquilo que é melhor para a receita ou para a parte financeira da Câmara Municipal”. Referiu ainda que, caso fossem agregados todos os alunos do 1.º Ciclo e do Pré-Escolar, dava para um estabelecimento de ensino do 1.º Ciclo e um estabelecimento de ensino do Pré-Escolar. Alegou estranhar a ausência de alunos do Pré-Escolar da Escola Básica de Lagares, uma vez que, estrategicamente, até foi colocado o Jardim de Infância dentro da EBI, tal como aconteceu na Escola Básica da Cordinha que resultou muito bem, contrariamente ao que aconteceu na Escola de Lagares, que estranhamente não resultou. Frisou igualmente que “foi um investimento que a autarquia fez dentro dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

estabelecimentos de ensino, e que, no caso da Escola da Cordinha os pais apreciaram esse investimento e perceberam que há uma continuidade de ciclo desde os três anos, do pré-escolar até ao 9.º, reconhecendo que é benéfico para todos, quer para a comunidade escolar, quer para os professores, o que já não aconteceu com o mesmo investimento realizado em Lagares da Beira. Concluiu afirmando que no que a esta matéria diz respeito a Câmara Municipal está a fazer o que é mais benéfico para estes estabelecimentos de ensino. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, pronunciar-se pela continuidade de todos os estabelecimentos de educação e ensino sinalizados pela DGESTE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, acima identificados. -----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o vereador Carlos Carvalheira que na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, aproveitou para informar a Câmara Municipal que já recebeu o orçamento do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital para o corrente ano letivo, dando conta que “o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital tem agora previsto menos mil euros por mês, constatando que “este orçamento vem agravar as dificuldades que já estão a ser sentidas naquele estabelecimento”. -----

3.2.1.2 - CLIMA AGIR NO ÂMBITO DO "PROJETO REALIZA-TE" - PONTO DE SITUAÇÃO -----

U.D.E.S.

-----A vereadora Graça Silva referiu-se ao projeto “Clima Agir” da CIM Região de Coimbra, um projeto direcionado para as escolas no âmbito das questões ambientais, nomeadamente no que se refere a ações de reflorestação, dando conta que a primeira ação deste projeto decorreu durante a Feira do Queijo 2019, onde esteve patente uma exposição com um insuflável para sensibilizar a população em geral. Mais referiu que, neste âmbito, a segunda ação de sensibilização irá decorrer nos dias 22, 23, 24 e 25 de abril, dirigida a todos os níveis de ensino, desde o primeiro ciclo ao ensino secundário, dentro das salas de aula do agrupamento de escolas. -----

-----Ainda no que respeita ao “Clima Agir” a vereadora referiu-se ao projeto “Realiza-te”, designadamente no que se refere ao subprograma Educação Parental, que decorreu no período de 10 de janeiro a 4 de abril do ano em curso, também promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, dirigido a pais e encarregados de educação e que teve como objetivo estratégico capacitá-los com metodologias e instrumentos de educação parental, dando conta que foram realizadas 14 sessões no âmbito desta ação, que contaram com a presença de 10 Encarregados de Educação. Realçou que de uma maneira geral, permitiu àqueles encarregados de educação, explorar e desenvolver as melhores condições para o sucesso escolar dos seus alunos através da implementação de subprogramas de capacitação. Fez saber assim saber que as competências desenvolvidas no âmbito destas sessões foram: -----

----- Comportamentos positivos – Elogios e encorajamento, sistemas de recompensas; -----
----- Redução do risco – Regras, responsabilidade e rotinas, lidar com a desmotivação;-----
----- Apoiar a criança – Competências de leitura, hábitos de estudo e rotinas, lidar com a desmotivação;-----
----- Parentalidade Positiva – acompanhamento da criança fora da escola, reforçar as competências parentais. -----

-----A vereadora Graça Silva referiu que estas competências foram transmitidas para que os encarregados de educação saibam trabalhar melhor com os seus educandos no espaço escolar a nível pedagógico.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pedi o uso da palavra o vereador Carlos Carvalheira, que sobre este assunto disse ter tido a oportunidade de participar numa das sessões, tendo aproveitado para felicitar os encarregados de educação participantes pela disponibilidade em aderirem a esta formação. Disse considerar fundamental que haja a possibilidade de haver este tipo de formações, realçando a importância da realização de outras semelhante, independentemente de se perceber que há dificuldade em cativar os encarregados de educação a participarem neste tipo de ações, mas acha importante que nunca se desista, verificando que o mais importante é que se continue a insistir proporcionado a outros encarregados de educação a possibilidade de se inscreverem. Lembrou que Oliveira do Hospital foi dos poucos municípios em que fez esta ação de formação pelo que considera tratar-se de uma vertente em que cada vez mais se deve apostar, realçando que “era esse desafio que eu queria deixar aqui hoje, ou seja, a disponibilização de formações deste teor aos encarregados de educação e depois quem sabe deslocalizá-las por zonas, para a Cordinha ou para a Ponte, o que seria muito importante”. -----

-----A vereadora retomou a palavra para esclarecer o vereador Carlos Carvalheira que “a formação foi localizada tendo em conta os lugares em que estavam inscritos os encarregados de educação”. -----

-----Antes de dar por concluída a sua intervenção, a vereadora Graça Silva informou ainda Câmara Municipal que, no passado sábado, teve início uma outra ação formação no âmbito da Educação Parental, sob a coordenação da UCC Pinheiro dos Abraços, também dividida em 14 sessões, dirigida aos encarregados de educação do Pré-escolar, agradecendo àquela entidade por abraçar este projeto e estar a colaborar, quer com o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, quer com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital no que diz respeito ao cuidar das famílias e das crianças desta faixa etária. Ainda no que se refere à UCC de Pinheiro dos Abraços informou a Câmara Municipal. Aproveitou para informar igualmente a Câmara Municipal, que no passado dia 15 de abril, realizou-se uma ação de prevenção do consumo de substâncias ilícitas, que decorreu nas instalações da EPTOLIVA, tendo como oradores o Cabo Chefe Costa da Guarda Nacional Republicana, a Enfermeira Alexandra Garcia, da UCC Pinheiro dos Abraços e ainda os Psicólogos Júlio Mendes e Catarina Cardoso do Projeto “Escola + Feliz”, a quem agradeceu a colaboração prestada neste âmbito”. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

3.2.2 - INFORMAÇÕES DIVERSAS -----

-----Nada houve a registar neste ponto da ordem do dia por parte da vereadora Graça Silva. -----

3.2.3 – CULTURA -----

3.2.3.1 - ESTATÍSTICA TRIMESTRAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A) CENTRO INTERPRETATIVO BOBADELA ROMANA -----

U.D.E.S./DOC.10

-----Foi presente pela vereadora Graça Silva o mapa estatístico referente à utilização do Centro Interpretativo Bobadela Romana, anual e durante o 1.º trimestre de 2019, **conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata**, tendo prestado informações adicionais relativamente ao seu funcionamento, destacando essencialmente o número de visitantes àquele



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

espaço durante o mês de março de 2019, referindo que, em seu entender, “é um retorno do trabalho que temos vindo a fazer no âmbito da Feira do Queijo”, e que é promover o turismo e o património concelhio”. Aproveitou para agradecer à Junta de Freguesia da Bobadela a colaboração na realização de algumas iniciativas que ajudam também a saber receber os visitantes. Registou assim com muito agrado o número alcançado neste 1.º trimestre de 2019, realçando que “se assim continuar justificará certamente o investimento recentemente efetuado na criação daquele espaço”. Concluiu convidando todos os membros presentes a assistirem ao I Colóquio “Terras de Ulvária”, que terá lugar no auditório do Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela, amanhã, dia 18 de abril, a partir das 09:30 horas, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

B) MUSEU MUNICIPAL DR. ANTÓNIO SIMÕES SARAIVA-----

U.D.E.S./DOC.11

-----Foi presente pela vereadora Graça Silva o mapa estatístico referente ao registo de visitas efetuadas ao Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva, anual e durante o 1.º trimestre de 2018, **conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata**, tendo prestado informações adicionais relativamente ao seu funcionamento, realçando que comparativamente ao mesmo período de 2018, o número de visitantes aumentou significativamente, resultado esse que considera dever-se ao trabalho da equipa responsável por aquele equipamento, a quem agradeceu o empenho e dedicação àquele espaço.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

C) BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

U.D.E.S./DOC.12

-----Foi presente pela vereadora Graça Silva o mapa estatístico referente à utilização da Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital e Biblioteca Ludoteca de Lagares da Beira, anual e durante o 1.º trimestre de 2019, **conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata**, tendo prestado informações adicionais relativamente ao seu funcionamento, realçando que no que se refere à Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital “em termos gerais o resultado tem sido muito positivo, o que demonstra que existe uma dinâmica forte nas atividades promovidas sejam elas dinamizadas dentro ou fora do espaço da biblioteca”. Relativamente à Biblioteca Ludoteca de Lagares da Beira referiu que em termos globais o resultado alcançado também foi positivo durante este 1.º trimestre de 2019.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2.3.2 - COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL – PROGRAMA-----

U.D.E.S.

-----A vereadora Graça Silva distribuiu o programa alusivo às comemorações do 25 de Abril, convidando todos os membros presentes a assistirem ao conjunto de atividades previstas para aquele dia.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2.3.3 - OFICINAS DA PÁSCOA – BALANÇO-----

U.D.E.S.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A vereadora Graça Silva referiu-se às Oficinas da Páscoa, que decorreram de 8 a 12 de abril nas Bibliotecas Municipais de Oliveira do Hospital, realçando que no âmbito desta iniciativa foram realizadas atividades de âmbito desportivo, educativo e cultural, sendo que na Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital foram dinamizadas **10** Oficinas Criativas da Páscoa com a participação de 200 crianças e na Biblioteca Ludoteca de Lagares da Beira 10 Oficinas Criativas com a participação de 180 crianças. Fez assim saber que no total as Bibliotecas Municipais de Oliveira do Hospital dinamizaram 20 Oficinas com 380 crianças, com a colaboração dos vários Pelouros da Câmara Municipal. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

3.2.4 - INFORMAÇÕES DIVERSAS -----

U.D.E.S.

-----A vereadora Graça Silva informou a Câmara Municipal que no âmbito do programa “Coimbra Região de Cultura”, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Oliveira do Hospital, no próximo dia 27 de abril, pelas 21:30 horas, vai receber o “Teatro do Mar” que irá apresentar no Anfiteatro Romano da Bobadela o “InSomnio”, um espetáculo multidisciplinar - teatro físico, acrobacia aérea, vídeo e música original que se debruça sobre o sono e o sonho, apoiado em estudos da neurociência e da filosofia, entre outros. -----

-----No decorrer da sua intervenção, a vereadora Graça Silva deu ainda conhecimento à Câmara Municipal que, ontem, decorreu as comemorações do 14.º aniversário do Museu Dr. António Simões Saraiva, com visitas guiadas organizadas. -----

-----Ainda no uso da palavra a vereadora Graça Silva informou igualmente a Câmara Municipal que no âmbito do Programa de Apoio à Ação Cultural na Região Centro, um apoio prestado pela Direção Regional da Cultura do Centro destinado a iniciativas e projetos de associações privadas sem fins lucrativos, não profissionais, cuja área de atividade principal, se insira no âmbito da cultura e das artes, legalmente constituídas há mais de três anos, sediadas num dos setenta e sete municípios que integram a área de circunscrição territorial da DRCC que correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região, excluindo-se para o efeito as associações públicas ou quaisquer outras pessoas coletivas de direito público; fundações, sociedades, cooperativas ou quaisquer outras pessoas coletivas de direito privado que não sejam associações; associações sem personalidade jurídica e comissões especiais; associações cujo objeto principal, em função dos respetivos estatutos, se insira nas áreas do desporto, lazer, atividade física, educação física ou, em geral, práticas corporais performativas cuja componente física predomine sobre a componente artística e ainda as bandas de música, filarmónicas, escolas de música, tunas, fanfarras, ranchos folclóricos e outras agremiações culturais que se dediquem à atividade musical apoiadas pela DRCC em 2019, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, através do seu Pelouro da Cultura, promoveu uma sessão de informação/esclarecimento sobre este programa para artistas e associações sem fins lucrativos, não profissionais, sendo que dessa sessão e para o Programa de Apoio à Ação Cultural da Região Centro, foram apresentados dois projetos culturais do concelho de Oliveira do Hospital: a III Semana Cultural de Penalva de Alva e o XXXIII Festival de Folclore do Rancho Folclórico da Associação Progressiva de Santo António do Alva. Mais referiu que ambos os projetos candidatados têm como objetivos a atração de um vasto público à região do Vale do Alva, assim como a aproximação da população local a iniciativas de cariz cultural, sustentável e de natureza e ainda a divulgação e preservação do património imaterial do concelho de Oliveira do Hospital e Vale do Alva, assim como o fortalecimento das suas identidades e características próprias. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Antes de concluir a sua intervenção a vereadora Graça Silva aproveitou para felicitar a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo de Oliveira do Hospital, que no passado domingo apresentou publicamente o projeto “Dou mais tempo à vida”, uma ação que em seu entender “está a mobilizar muita gente”, e que conta com o apoio do Município de Oliveira do Hospital. Disse ter sido um momento de muita emoção e de elevação em que Oliveira do Hospital também está de parabéns na medida em que mostrou uma grande solidariedade e humanismo naquela sessão. Disse assim considerar que “todas as atividades vão ser recheadas deste movimento solidário a que tivemos a oportunidade de assistir no passado domingo”.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO RIBEIRO -----

3.3.1 - JUVENTUDE: PROGRAMA FÉRIAS + SOLIDÁRIAS - NORMAS REGULAMENTARES -----

U.D.E.S./DOC.13

-----A Câmara Municipal sob proposta do vereador Nuno Ribeiro, deliberou ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, aprovar as normas de funcionamento do Programa “Férias + Solidárias” - 2019, que visa a ocupação dos tempos livres dos jovens reforçando a sua participação na sociedade, no período de férias escolares do verão, orientando-os para o desempenho de atividades ocupacionais que proporcionem a conquista de hábitos de voluntariado, permitam o contacto experimental com algumas atividades profissionais e potenciem a capacidade de intervenção, a participação social e cívica, contribuindo para o seu processo de educação não formal, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Ainda sobre este assunto o vereador Nuno Ribeiro clarificou que as presentes normas não sofreram quaisquer alterações em relação ao ano passado e foram previamente apreciadas pelo Conselho Municipal da Juventude, no passado dia 22 de Fevereiro de 2019, que emitiu parecer positivo. Recordou que o número máximo de jovens será posteriormente definido pela Câmara Municipal mediante avaliação de projetos e disponibilidade orçamental uma vez que a autarquia assegura 75 % das verbas necessárias para pagamento das bolsas e as entidades envolvidas asseguram os restantes 25%.-----

3.3.2 - TROFÉU DA LIBERDADE - EMPRESAS/INSTITUIÇÕES - NORMAS REGULAMENTARES -----

U.D.E.S./DOC.14

-----O vereador Nuno Ribeiro informou a Câmara Municipal que o Município de Oliveira do Hospital, em parceria com a Eptoliva (jovens do curso de Apoio à Gestão Desportiva) irá dinamizar no dia 25 de abril um Torneio de Futsal denominado “Troféu da Liberdade”, que se destina a empresas e instituições do concelho de Oliveira do Hospital. Realçou que esta iniciativa faz parte do Programa das Comemorações do 25 de Abril, cuja participação é gratuita e limitada a um número máximo de 6 equipas por ordem de inscrição. Disse igualmente que o evento tem como objetivos: incrementar hábitos saudáveis e reforçar os laços de camaradagem entre os elementos das diversas empresas e instituições. Mais referiu que, neste âmbito, no passado dia 15 de abril, no salão nobre dos Paços do, decorreu o sorteio das equipas para constituição do calendário de jogo do “Troféu da Liberdade” com a presença de representantes de todas as equipas. Fez assim saber que, no próximo dia 25 de abril, entre as 09:00 horas e as 20:00 horas, estarão mais de 70 atletas, das equipas: Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital; Ficalgom; Iris Bar; Museu do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Azeite/ Vinilstar/Vanguarda; PIDS; e Randstad. Concluiu dando a saber que os jogos irão disputar-se no Pavilhão Municipal de Oliveira do Hospital com as equipas distribuídas por duas séries. -----

----- Em face do exposto a Câmara Municipal sob proposta do vereador Nuno Ribeiro deliberou ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, aprovar as normas regulamentares que estabelecem as regras aplicáveis à organização conjunta do Município de Oliveira do Hospital e da EPTOLIVA, com o apoio da Associação de Futebol de Coimbra, da realização do “Troféu da Liberdade” para empresas e instituições do concelho de Oliveira do Hospital, que reúnam as condições necessárias para formalizar uma equipa de Futsal na qual devem participar sob os seus nomes, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, que tem como principais objetivos:-----

- a) Incrementar hábitos saudáveis de práticas físicas e desportivas; -----
- b) Divulgar os benefícios da prática desportiva; -----
- c) Combater os hábitos sedentários; -----
- d) Contribuir para o desenvolvimento harmonioso do corpo e da mente; -----
- e) Melhorar a condição física; -----
- f) Reforçar os laços de camaradagem entre os elementos das diversas empresas e instituições. -----

3.3.3 - RALLY DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – BALANÇO-----

U.D.E.S.

-----O vereador Nuno Ribeiro referiu-se à realização do “Rally de Tábua e Oliveira do Hospital”, lembrando que Tábua e Oliveira do Hospital, no passado fim-de-semana, dias 6 e 7 de abril, receberam a 2ª prova do CCR – Campeonato Centro de Ralis e a 2ª prova do Desafio Kumho 2019, realçando que “a Organização fez Nota de imprensa da qual importa retirar algumas indicações. Destacou que Fernando Teotónio venceu o Rally de Tábua e Oliveira do Hospital 2019; Foram Assinalados os 250 ralis de Fernando Peres; Incluiu Troféu “António Baptista”. Disse tratar-se de uma organização conjunta da Escudeira Castelo Branco e Mk Makinas, com o apoio e envolvimento dos Municípios de Tábua e Oliveira do Hospital, cuja prova se desenrolou entre os dois concelhos, “território onde existem muitos aficionados e apaixonados deste desporto motorizado”. Destacou o enorme esforço de todos os envolvidos, incluindo o trabalho das Câmaras Municipais e da organização, contribuindo para que todas as classificativas se realizassem sem necessidade de anular qualquer passagem, mesmo com condições climatéricas adversas. Salientou ainda que antes do Rally ir para a estrada, a organização do Rally (a cargo da MK Makinas e da Escuderia de Castelo Branco), no briefing inicial com os pilotos, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, prestou uma homenagem ao piloto Fernando Peres, que cumpria nesta prova, a 250ª participação em Ralis. Prosseguiu dando conta que “com uma lista de inscritos considerada pela organização como sendo “de luxo”, o rally começaria com a realização da *streetstage* de Oliveira do Hospital, que foi ganha por António Dias/Pedro Castro em Skoda Fábria R5. Deu assim a saber a Classificação Geral do Rali e bem assim a classificação do Desafio Kumho Portugal 2019, a saber: -----

- Classificação Geral do Rali: -----
- 1.º Fernando Teotónio/Luís Morgadinho em Mitsubishi Lancer EVO 9 -----
- 2.º Armando Carvalho/Ana Santos num Mitsubishi Lancer Evo V -----
- 3.º Luís Mota / Alexandre Ramos, com Mitsubishi Lancer Evo VI . -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Classificação do Desafio Kumho Portugal 2019:-----
-----1.º Fernando Teotónio/Luis Morgadinho -----
-----2.º Armando Carvalho/Ana Santos -----
-----3.º Carlos Valentim / Luís Ribeiro. -----
-----Ainda no uso da palavra o vereador Nuno Ribeiro fez igualmente saber que a cerimónia do pódio decorreu no Pavilhão Multiusos de Tábua, onde foi também realizada uma homenagem ao navegador António Baptista, que faleceu recentemente. Aproveitou para deixar uma palavra especial de profundo agradecimento a todos os voluntários envolvidos nesta organização, salientando que “foram mais de 200 pessoas que colaboraram com o Mk Makinas, desde aos marshal’s, equipas médicas, reboques, elementos do bar e cozinha, colaboradores das duas câmaras municipais, assim como aos bombeiros e militares da GNR”. Mais referiu que “da parte do Município de Oliveira do Hospital fica o agradecimento ao MK Mákinas e à equipa da Escuderia Castelo Branco”. Disse ainda que “a Organização (MK e Escuderia) na sua nota de imprensa, endereçou os agradecimentos às entidades (agradecimentos reforçados pelo Município de Oliveira do Hospital): Câmara Municipal de Tábua, Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, ADI – Agência para o Desenvolvimento integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, à EPTOLIVA – Escola Profissional, aos patrocinadores Stand Nunes, Caixa de Crédito Agrícola (Beira Centro), Auto Correia, JM Veículos, Alves Bandeira, Autobrito, Palácio do Gelo Shopping, Grupo JANF, American Motel, NN Motos e entidades (Juntas de Freguesia de Tábua, Candosa, São João da Boa Vista, Midões e União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha e União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Lagos da Beira/Lajeosa; Tábua XXI – Associação Juvenil, Clube de Caça e Pesca de Tábua, Escuteiros de Midões, Associação de Várzea de Candosa, Moto Clube João Brandão, Liga dos Amigos de Vila Chã e FPAK), assim como aos nossos Media Partners, Nuno Dinis Photos, NewsMotorSports, Jornal de Tábua, Centro TV, Radio Boa Nova, Jornal Folha do Centro, A Comarca de Arganil e Noticias de Meda de Mouros, apoiantes desta prova”. Concluiu frisando que “foi um enorme trabalho conjunto onde a Segurança imperou e a emoção também.”-----
-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3.4 - INFORMAÇÕES DIVERSAS -----

U.D.E.S.

-----O vereador Nuno Ribeiro informou a Câmara Municipal que na passada terça-feira, dia 16 de abril, iniciou-se a segunda fase de intervenções de eficiência energética no Pavilhão Municipal, no âmbito da candidatura apresentada pela Equipa de Eficiência Energética ao Aviso 21 - Administração Pública Eficiente, do Fundo de Eficiência Energética. Esta consiste na substituição das luminárias convencionais por tecnologia LED. Esclareceu que a primeira fase, concluída em agosto de 2018, consistiu na substituição do sistema de AQS, através da instalação de um sistema solar térmico com 10 painéis solares, da instalação de uma caldeira a pellets como sistema de apoio e ainda a substituição dos termoacumuladores. Disse igualmente que as intervenções no Pavilhão Municipal irão permitir poupanças estimadas de cerca de 7.500,00 € na faturação e 39.000kWh de energia (representando uma poupança de cerca de 60%), com um investimento de 52.000,00 €, financiado a 80%. -----

-----Ainda no uso da palavra, o vereador Nuno Ribeiro referiu-se à caminhada/corrída comemorativa do Dia Mundial da Atividade Física, prevista para o dia de hoje, dando conta que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

esta atividade teve de ser cancelada devido à previsão das condições meteorológicas desfavoráveis, realçando que brevemente serão divulgadas novas iniciativas semelhantes. -----

-----No decorrer da sua intervenção, o vereador Nuno Ribeiro referiu-se ainda ao Desporto Federado, felicitando a equipa de futsal da Associação Progressiva de Santo António do Alva “pelo excelente campeonato de Futsal que está a realizar e que após se ter candidatado vai ser anfitriã da Final da Taça da Fundação Inatel – Coimbra”. Mais referiu que o jogo da final da Taça será realizado contra a equipa de Alqueidão, no próximo dia 4 de maio, no Pavilhão Serafim Marques, em São Paio de Gramaços, cujo programa prevê incluir, entre outras iniciativas, a atuação do Clube de Ginástica de Oliveira do Hospital. -----

-----Ainda no que se refere ao domínio do Desporto aproveitou também para felicitar o Grupo Desportivo Bobadense que no passado domingo disputou a meia-final do Campeonato Distrital de Inatel tendo vencido o encontro, garantindo assim a sua presença na Final da Prova. Felicitou igualmente a equipa de futebol da Associação Desportiva de Lagos da Beira que após ter disputado as meias finais da Taça Distrital desta competição, venceu o encontro, garantindo também a sua presença na final desta prova. -----

-----O vereador Nuno Ribeiro referiu-se ainda à iniciativa “mOHve-te por valores – Caminhada Azul e Construção do Laço Azul Humano”, que irá decorrer no próximo dia 30 de abril, realçando que “o mês de abril é assinalado como o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. A sensibilização e o combate exige um esforço conjunto e esta é mais uma campanha de alerta para a prevenção dos maus-tratos a que muitas crianças e jovens ainda estão sujeitos. Neste contexto, os estabelecimentos de ensino foram convidados a abordar, durante o mês de abril, o tema “maus-tratos contra as crianças” e a realizar um trabalho, por turma (em tamanho A4 ou A3), que possa ser exposto no Largo Ribeiro do Amaral e, mais tarde, afixado em algumas superfícies comerciais, contribuindo assim para o despertar das consciências do público em geral relativamente aos maus-tratos contra as crianças, na sua prevenção e na promoção e proteção dos seus direitos”. Fez ainda saber que esta atividade será alargada a todos os estabelecimentos de ensino pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, lembrando que a iniciativa “mOHve-te por valores – Caminhada Azul e Construção do Laço Azul Humano” é uma organização da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, contando com o apoio e envolvimento da Cáritas Diocesana de Coimbra; da Rede Social de Oliveira do Hospital; do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e da CPCJ de Oliveira do Hospital”. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----**CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **dezassete horas e trinta e cinco minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

devidamente assinada pelo Sr. Presidente da Câmara. E eu, João Manuel Nunes Mendes, a redigi e subscrevi. -----

Presidente da Câmara

Diretor do D.A.G.F.



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
17 DE ABRIL DE 2019**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**